

Libras: desafios no contexto escolar

Libras: desafios en el contexto escolar

Lucimara Grando Mesquita

Graduanda de Pós-graduação – IF SUDESTE MG – *Campus* São João Del-Rei.

E-mail: lucigrando123456@hotmail.com

Ana Paula Almada Pimentel

Graduanda do 5º período de Letras – IF SUDESTE MG – *Campus* São João Del-Rei.

E-mail: anapaulaalmadapos@yahoo.com.br

Anderson Geraldo Rodrigues

Mestrando em Letras – UFSJ. Professor de LIBRAS – IF SUDESTE MG – *Campus* São João Del-Rei.

E-mail: anderson.rodrigues@ifsudestemg.edu.br

Resumo: A educação inclusiva, reconhecendo a importância da Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) na sala de aula, necessita de profissionais adaptados a esse novo método de ensino, pois considera esse movimento pedagógico uma ferramenta para a inclusão dos alunos com problemas auditivos. Nesse sentido, propõe-se, neste artigo, demonstrar a importância da Libras na sala de aula, abordando a necessidade dos professores em dominá-la. Pautando-nos nesse enfoque, definimos como objetivo geral evidenciar a obrigação da língua de sinais na rede regular de ensino e como objetivos específicos verificar as dificuldades encontradas pelo aluno surdo na sala de aula e demonstrar a dificuldade da comunidade escolar em adaptar-se a essa nova realidade. Para o cumprimento dos objetivos, realizamos a pesquisa bibliográfica buscando compreender como a inclusão dos alunos surdos na escola regular pode ser efetivada.

Palavras-chave: Libras. Educação Inclusiva. Professores.

Resumen: La educación inclusiva, reconociendo la importancia de la Lengua Brasileña de Señales (LIBRAS) en la clase, necesita de profesionales adaptados a ese nuevo método de enseñanza, pues considera este movimiento pedagógico una herramienta para la inclusión de los alumnos con problemas auditivos. En ese sentido, se propone en este artículo demostrar la importancia de la Libras en la clase, abordando la necesidad de los maestros en dominarla. En el marco de este enfoque, se define como objetivo general evidenciar la obligación de la lengua de signos en la red regular de enseñanza, y como objetivos específicos verificar las dificultades encontradas por el alumno sordo en la clase y demostrar la dificultad de la comunidad escolar en adaptarse a esa nueva realidad. Para el cumplimiento de los objetivos realizamos la investigación bibliográfica buscando comprender cómo la inclusión de los alumnos sordos en la escuela regular puede ser efectuada.

Palabras clave: Libras. Educación Inclusiva. Maestros.

1 Introdução

A educação inclusiva é um desafio para as instituições de ensino do país, uma vez que o aluno, ao ter direito à educação, precisa ter condições de se desenvolver enquanto sujeito por meio da participação, e não ter apenas o acesso garantido. Apesar da promulgação, desde 2002, da lei nº 10.436, que dispõe sobre a língua brasileira de sinais, pela qual os alunos surdos conseguiram garantir uma vaga na escola, podemos perceber que, na maioria das vezes, esse privilégio se restringe apenas à permanência em uma sala de aula, e não ao envolvimento do educando.

Isso ocorre devido ao fato de a maioria das escolas não possuírem professores qualificados para essa situação e, com isso, há uma grande dificuldade vivenciada pelos alunos no que se refere à comunicação. Nesse sentido, este artigo procura abordar questões relacionadas à dificuldade da comunidade escolar em adaptar-se a essa nova realidade e às dificuldades que os alunos surdos encontram na sala de aula. Portanto, este artigo tem como finalidade demonstrar a importância da inclusão da Libras nas escolas brasileiras e a necessidade de habilitar os professores da rede regular de ensino.

Reconhecendo a importância dessa nova língua, acredita-se que este estudo possa contribuir para o conhecimento e, principalmente, esclarecimento de alguns pontos referentes a Libras, assim como apontar os diversos mitos que surgem em torno da língua de sinais, que nos possibilitarão compreender melhor as questões relacionadas a essa língua.

2 A Educação Inclusiva no Brasil

A inclusão de alunos com necessidades especiais passou por várias fases no decorrer da história, porém, objetivando uma educação com qualidade, que privilegiasse a inclusão desses educandos, teve início, em 2003, a implantação do programa Educação Inclusiva, com o objetivo de transformar as escolas em sistemas educacionais inclusivos. Com isso, os alunos passariam a receber uma educação igualitária, ou seja, os alunos surdos estudariam junto com os alunos da rede regular de ensino.

Com a Educação Inclusiva, entende-se que todos os alunos com necessidades especiais têm direito à escolarização, que tem como alvo a inclusão desses alunos, não só na comunidade escolar, mas também na sociedade. Nesse sentido, a escola deve ser adaptada às dificuldades desses educandos para assegurar que todos tenham os mesmos direitos. Assim, os estudantes surdos precisam aprender o conteúdo das disciplinas com o auxílio da língua de sinais, buscando facilitar o desenvolvimento cognitivo desses alunos, possibilitando um melhor relacionamento com os demais colegas e uma melhor aprendizagem.

Educação Inclusiva é o modo mais eficaz para construção de solidariedade entre alunos com necessidades educacionais especiais e seus colegas. O encaminhamento de alunos as escolas especiais ou as classes especiais ou as sessões especiais dentro da escola em caráter permanente deveria constituir

exceção, a ser recomendado somente naqueles casos em que fique claramente demonstrado que a educação na classe regular é incapaz de atender as necessidades educacionais ou sociais do aluno ou quando seja requisitado em nome de seu bem-estar. (CAMPBELL, 2009, p. 140).

A Educação Inclusiva prioriza o relacionamento entre os alunos como forma de aprendizagem, partindo da premissa de que, ao se relacionarem com pessoas que possuem habilidades diferentes das suas, desenvolverão o espírito de solidariedade e de respeito ao próximo. Assim, defende que a aprendizagem em grupo é a melhor forma de beneficiar todos os alunos, uma vez que todos devem aprender juntos, independente das necessidades de cada um, isto é, todos devem ter acesso aos conteúdos básicos, inclusive aqueles com dificuldades de aprendizagem.

Nesse sentido, com relação à deficiência auditiva, a principal incumbência da Educação Inclusiva deveria ser priorizar a inclusão da Libras na sala de aula, para, posteriormente, fazer a inserção dos alunos surdos, visto que esses alunos precisam, primeiramente, conseguir se relacionar e se comunicar e, conseqüentemente, aprender o conteúdo das aulas. Esse novo método de inclusão deve ir além do ensino dentro das instituições, precisa priorizar a introdução do deficiente auditivo na sociedade, moldando-o para que consiga lutar pelos seus direitos e ter uma melhor qualidade de vida.

Nesse cenário, o decreto nº 5. 626, de 22 de dezembro de 2005, que regulamenta a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS, dizendo, no seu artigo 22º inciso 2º:

Art. 22. As instituições federais de ensino responsáveis pela educação básica devem garantir a inclusão de alunos surdos ou com deficiência auditiva, por meio da organização de:

II – escolas bilíngues ou escolas comuns da rede regular de ensino, abertas a alunos surdos e ouvintes, para os anos finais do ensino fundamental, ensino médio ou educação profissional, com docentes das diferentes áreas do conhecimento, cientes da singularidade linguística dos alunos surdos, bem como com a presença de tradutores e intérpretes de Libras/Língua Portuguesa.

§ 2º Os alunos têm o direito à escolarização em um turno diferenciado ao do atendimento educacional especializado para o desenvolvimento de complementação curricular, com utilização de equipamentos e tecnologias de informação. (BRASIL, 2002)

Podemos perceber a existência de leis e decretos que dispõem sobre o emprego da Libras nas escolas, sobre a contratação de professores e a inclusão dos alunos. Porém, esses decretos deveriam incluir não só a obrigatoriedade da Educação inclusiva, mas também a obrigatoriedade de qualificação de profissionais da área da educação, possibilitando, assim, um maior acesso dos alunos com diversidade funcional frente à educação regular. Entretanto, na realidade, isso não acontece, a lei existe, mas só no papel, pois são poucas as escolas capacitadas para lidar com estudantes surdos.

Com isso, a educação que deveria ser inclusiva acaba por excluir os deficientes auditivos, uma vez que não consegue suprir as necessidades desses alunos. Cabe ressaltar que o que acontece, mesmo com a política de inclusão, acaba gerando a exclusão dos referidos alunos, uma vez que a falta de tal qualificação é o fator gerador e principal empecilho da efetiva implantação da educação inclusiva. “Não basta que a escola matricule o aluno, pois, na perspectiva da educação inclusiva, não se espera mais que a pessoa com deficiência se integre por si mesma, e sim que a escola se transforma para possibilitar essa inserção” (CAMPBELL, 2009, p. 142).

Após muita luta, os surdos conquistaram o reconhecimento pela regulamentação da Libras. Porém, é necessário o reconhecimento por parte dos professores e dos próprios alunos, assim como o governo precisa apoiar o uso e a divulgação da Língua Brasileira de Sinais como meio de comunicação das comunidades surdas do Brasil e também incluir nos cursos de licenciatura a disciplina de Libras.

A verdadeira inclusão é possível de ser realizada, porém necessita de transformações nas escolas, visando atender a esses alunos. Nesse contexto, uma das principais mudanças seria a implantação da Libras na rede regular de ensino para todos os alunos, possibilitando uma melhor inclusão no ambiente escolar.

3 Língua de Sinais: alguns esclarecimentos

Assim como o português teve sua origem no Latim e, com o passar do tempo, foi se transformando em diversas outras línguas, a língua brasileira de sinais, uma língua gestual visual, também teve sua origem em outra língua de mesma modalidade, a língua de sinais Francesa, como afirma Albres (2005, p. 1):

no caso da Língua Brasileira de Sinais, em que o canal perceptual é diferente, por ser uma língua de modalidade gestual visual, a mesma não teve sua origem da língua portuguesa; que é constituída pela oralidade, portanto considerada oral-auditiva; mas em uma outra língua de modalidade gestual visual, a Língua de Sinais Francesa, apesar de a Língua Portuguesa ter influenciado diretamente a construção lexical da Língua de Brasileira de Sinais, mas apenas por meio de adaptações por serem línguas em contato.

Segundo a autora, não é possível saber como as Línguas de Sinais surgiram, “[...] mas consideramos que estas são criadas por homens que tentam resgatar o funcionamento comunicativo através dos demais canais por terem um impedimento físico, ou seja, surdez” (ALBRES, 2005, p. 1).

A língua de Sinais é uma língua natural, utilizada pela maioria dos Surdos do mundo, é uma língua que se transmite por gestos, sinais, expressões faciais e corporais, em vez de sons, na comunicação. Ela é de aquisição visual, produção espacial e motor. Porém, cada região tem a sua própria língua de sinais, assim como ocorre com a língua portuguesa. Dessa forma, é a língua da comunidade surda brasileira com regras gramaticais próprias para possibilitar o desenvolvimento linguístico da pessoa surda,

favorecendo, com isso, a comunicação e a aquisição de conhecimentos dentro de uma sociedade.

Assim, os sinais são formados com a combinação do movimento das mãos com um determinado formato e num determinado lugar, podendo esse lugar ser uma parte do corpo ou um espaço a frente. Também é levado em conta, para a formação desses sinais, o contexto social em que a comunidade surda se encontra inserida. Ressaltamos que, por causa do fato mencionado, há também, na Língua Brasileira de Sinais, assim como na Língua Portuguesa Brasileira, variações linguísticas próprias de cada região, como os sinais referentes às palavras pai e mãe, que são diferentes nos estados de Minas Gerais, São Paulo e Rio de Janeiro. Portanto, para produzir sinais, é necessário combinar esses parâmetros para formar frases e textos dentro de um determinado contexto.

É sabido que antigamente as pessoas pensavam que o único jeito da pessoa surda se integrar na sociedade seria fazendo a leitura labial. Com isso, muitas instituições de ensino começaram a insistir para que os alunos surdos entendessem a língua oral e, dessa forma, aprendessem a falar. Segundo Groppo (2011, s.p.),

a história mostra ainda que, por muitos anos, essa filosofia oralista era imposta aos surdos como forma de pertencimento a uma sociedade, a sociedade ouvinte. O surdo deveria adquirir a cultura, a identidade e a língua dos ouvintes, para que pudessem estar junto aos mesmos que, diferentemente dos surdos, se julgavam semelhantes, anulando a origem e raiz cultural da comunidade surda.

Nesse contexto, era comum amarrar as mãos das crianças surdas para que elas não conseguissem se comunicar através de sinais. Mas, apesar de tentarem desestimular o uso da língua de sinais, ela continuou sendo a língua usada pela comunidade surda.

Assim, a Libras foi empregada pelos surdos do Brasil para que eles pudessem se comunicar, e tem o mesmo tempo de existência que as comunidades de surdos. A primeira escola para deficientes auditivos no Brasil foi o INES (Instituto Nacional da Educação dos Surdos), que foi fundado em 1857 e que recebia alunos de todas as regiões do país e funcionava em regime de internato.

Para conhecermos a cultura de um local ou de um povo, primeiramente, precisamos conhecer a sua língua, pois só assim é que conseguiremos nos comunicar e trocar informações. O mesmo ocorrerá com a língua dos sinais que, além de servir de meio de comunicação, demonstrará a identidade de sua comunidade. Podemos perceber que a língua de sinais, assim como qualquer outra língua, é carregada de significação social, porém, diferentemente do que ocorre na língua portuguesa, a de sinais é carregada de mitos. Vejamos a seguir alguns mitos que circulam a língua de sinais.

A língua de sinais é um código que é transmitido aos surdos por meio de gestos, mas não é universal. É um mito pensar que ela é universal, porém é muito comum, devido à crença de que a língua é um código apreendido e transmitido a todos os surdos da mesma forma em todos os países. Devido à extensão territorial e ao

contato com outras línguas, cada país tem a sua própria, embora existam muitas semelhanças.

Outro mito é considerá-la como artificial. A língua de sinais evoluiu sem propósito específico, por isso é considerada como natural. De acordo com Gesser (2007, p. 12),

consideram-se artificiais as línguas construídas e estabelecidas por um grupo de indivíduos com algum propósito específico. O esperanto (língua oral) e o gestuno (língua de sinais) são exemplos de línguas artificiais, cujo objetivo maior é estabelecer a comunicação internacional. Esse tipo de língua funciona como uma língua auxiliar ou franca.

O fato de o surdo usar outra modalidade de língua para se comunicar não anula a existência de uma língua natural como é a língua de sinais, pois ela apresenta todas as características de qualquer outra língua humana natural.

Outro mito é pensar que a língua de sinais é limitada, simplificada, um código primitivo, mímica e gesto, e que não seria possível, por meio dos sinais, expressar conceitos abstratos. Devemos mudar a opinião de que sinais são gestos. As pessoas que falam língua de sinais expressam sentimentos, emoções, ideias e outros conceitos abstratos.

4 A inclusão da Libras nas escolas e as principais dificuldades encontradas para adaptar-se a essa nova realidade

A língua de sinais vem enfrentando sérios problemas no seu processo de inclusão, porém, aos poucos, está sendo incluída, como disciplina obrigatória, nos cursos de licenciatura ou em outros cursos para a formação de professores no Brasil. Segundo Nascimento e Sofiato (2016, p. 353),

no âmbito das conquistas históricas, outro importante marco foi a homologação do Decreto Lei nº 5626 em 2005, que regulamentou a Lei nº 10436 de 2002 que, com seus nove capítulos que envolvem a garantia do direito à educação e à saúde às pessoas surdas, entre outros aspectos, vem impactando a área de forma bastante significativa. Neste sentido, a partir do ano de 2005, as instituições de ensino superior (IES) têm enfrentado alguns desafios, estabelecidos a partir da publicação do referido Decreto, que prevê, no capítulo dois, a inserção da disciplina de língua brasileira de sinais nos cursos de formação de professores para o exercício do magistério.

A inclusão da disciplina de libras em cursos superiores é obrigatória pela legislação, porém, a partir dessa inclusão, surge a necessidade da formação de profissionais nessa área. Essa barreira encontra-se tanto nos cursos superiores, quanto na educação básica, ou seja, existe um déficit de professores tanto para lecionar para os alunos surdos dos anos iniciais, quanto para lecionar para os graduandos nos cursos de licenciatura, que serão os futuros profissionais dessas escolas.

Assim, as dificuldades encontradas pelos alunos surdos vão além das aqui mencionadas. As pesquisadoras Silva e Silva (2016, p. 39), que trilharam seus estudos e suas pesquisas no referido tema, após entrevista com profissionais da escola, concluíram que se destaca

o fato investigativo, pois muitos dos entrevistados, mesmo cientes da importância desta Libras para a vida escolar do surdo, conduzem seus discursos em direção à Língua Portuguesa e pautam suas práticas escolares, de um modo geral, nesta língua.

A partir do estudo de Silva e Silva (2016), podemos perceber que o aluno que não tem acesso à Língua de sinais tem dificuldade de incluir-se na sociedade por encontrar obstáculos para comunicar-se, fazendo-se necessária a Libras como língua materna desses educandos. Dessa forma, seria ensinada antes mesmo do Português, que ficaria como língua secundária desde o início, possibilitando às crianças surdas se igualarem às ouvintes no desenvolvimento cognitivo, formando, assim, alunos bilíngues.

Outro problema enfrentado pelos alunos surdos é a falta de profissionais qualificados para ensinar a língua de sinais, pois temos, hoje, os chamados “professores apoio” que têm sua formação voltada para todos os tipos de deficiência e que não são capacitados especificamente em Libras. Nessa nova realidade, fica evidente a urgência de cursos para formação de professores em Libras, porém cursos de qualidade, para que essa demanda por professores seja suprida. Além disso, os cursos de graduação com licenciatura em Letras, por exemplo, deveriam ser também de Libras/Língua Portuguesa, como segunda língua. Dessa forma, haveria a completa inclusão da língua de sinais na nossa educação, uma vez que é assegurada, por lei, ao aluno surdo, a presença do intérprete para auxiliá-lo na tradução da aula para Libras.

Ainda sobre as dificuldades enfrentadas não só pelos educandos surdos, mas também pelos que lutam pela implantação da Educação Inclusiva, podemos citar o fato de a sociedade como um todo ser desinformada e desinteressada, fato esse notório. Não há políticas nacionais de incentivo à implementação nem fomentos oferecidos àqueles que possam promover tal política. A legislação apenas impõe a implementação, não oferece quaisquer fomento e direcionamento da forma de procedimento que antepõe à implantação. A desinformação gera exclusão, pois, em uma sociedade com hábitos tão rígidos, promover a adaptação dos que são considerados diferentes é um fator agravante que deveria ser analisado com urgência e cuidado. Tais direitos são assegurados pela Lei de Diretrizes e Bases, além da Constituição Federal e de Leis esparsas.

São inúmeras as dificuldades dos educadores e das escolas, enquanto instituições de ensino, para adaptar-se a essa nova realidade crescente, pois o educador não está preparado para receber esse aluno. Assim, podemos perceber que, além da falta de recursos físicos, existe também a falta de recursos visuais para auxiliar tanto professores, quanto alunos, nessa tarefa. Dessa forma, a instalação de novas tecnologias, como o sinal visual para informar os alunos sobre a troca de horário, que hoje ainda ocorre de forma sonora, e aplicativos para celulares e *tablets* desenvolvidos

de forma a traduzir uma frase ou palavra da língua que se fala para Libras, são ferramentas que podem ajudar muito nesse processo de ensino-aprendizagem. Além disso, os educadores podem fazer uso de recursos visuais como o *PowerPoint* para facilitar a compreensão do aluno surdo.

Porém, apesar dos exemplos citados, muitos profissionais ainda têm resistência em receber o aluno surdo em sala de aula e muitas escolas ainda não possuem capacidade nem auxílio para implantar novas tecnologias, bem como recursos para capacitar seus profissionais de modo a facilitar a inclusão dos alunos surdos no contexto escolar.

5 Considerações finais

A partir das observações feitas durante o estudo sobre a Libras no contexto escolar e a Educação Inclusiva, foi possível observar que a cada ano aumenta mais o desafio de incluir os alunos surdos nas instituições de ensino brasileiras. Muito precisa ser feito antes da real inclusão, como melhorar a infraestrutura e capacitar profissionais para trabalhar diretamente com os alunos com deficiência, bem como proporcionar mais recursos para que eles tenham acesso ao conteúdo das aulas.

Essa inclusão é possível de ser realizada, mas necessita de uma transformação nas escolas, visando atender aos alunos com necessidades especiais. É preciso mais incentivo por parte do governo tanto na contratação de profissionais, quanto na melhoria da infraestrutura das instituições. Uma das principais mudanças quanto aos alunos com deficiência auditiva seria a implantação da Libras como meio legal de comunicação, bem como a contratação de intérpretes para possibilitar a inclusão desses alunos e uma melhor aprendizagem.

Dessa forma, podemos perceber que uma das maiores dificuldades encontrada para a inclusão dos alunos com necessidades especiais é a falta de um intérprete como apoio durante as aulas. Assim, é preciso mais professores intérpretes qualificados nas escolas e mais preparação profissional, porque o bom desenvolvimento escolar do aluno surdo depende muito de se ter um bom professor habilitado em língua de sinais, devido à necessidade dos educandos para conseguir acompanhar as aulas.

Entre os aspectos que favoreceram o processo de implementação da disciplina, destacamos várias importâncias de se ter um professor ou um profissional nessa área, proporcionando maior conhecimento da cultura dos surdos e possibilitando a prática da língua de sinais em qualquer momento da aula, bem como demonstraram por meio da indicação dos saberes necessários a essa atuação, para que esses alunos sejam sempre incluídos em uma sociedade.

Consideramos que este estudo ofereceu pistas sobre aspectos relevantes a serem observados na implementação da disciplina em foco e subsídios para o aprimoramento de tal processo. Além disso, foi possível, por meio deste estudo, adquirir conhecimentos a respeito da Libras, evidenciando e esclarecendo os principais mitos que surgem em torno dela.

Referências

ALBRES, Neiva de Aquino. *História da Língua Brasileira de Sinais em Campo Grande – MS*. 2005. Disponível em: <<http://editora-arara-azul.com.br/pdf/artigo15.pdf>>. Acesso em: 06 nov. 2017.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. *Lei N.º. 10.436 de 24 de abril de 2002*. Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras e dá outras providências. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br/ccivil/leis/2002/L10436.htm>>. Acesso em: 10 jan. 2017.

CAMPBELL, Selma Inês. *Múltiplas faces da inclusão*. Rio de Janeiro: Editora Wak, 2009.

GESSER, A. *Libras? Que língua é essa?*. São Paulo: Editora Afiliada, 2007.

GROPPO, Daniela Paladini. *Intérprete de Libras e alunos surdos: comunicação em sala de aula*. 2011. Disponível em: <http://unifia.edu.br/revista_eletronica/revistas/educacao_foco/artigos/ano2011/libras.pdf>. Acesso em: out. 2017.

NASCIMENTO, Lilian Cristine Ribeiro; SOFIATO, Cássia Geciauskas. *A disciplina de língua brasileira de sinais no ensino superior e a formação de futuros educadores*. 2016. Disponível em: <<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/etd/article/download/>>. Acesso em: jan. 2018.

SILVA, Carine Mendes da; SILVA, Daniele Nunes Henrique. Libras na educação de surdos: o que dizem os profissionais da escola?. *Psicol. Esc. Educ.* [online], 2016, vol.20, n.1, pp.33-44. ISSN 2175-3539. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/2175-353920150201917>>. Acesso em: 05 set. 2018.